

ANEXO II

DO CONCILIADOR

Cabe aos conciliadores inscritos no Cadastrado de Conciliadores do TRF1, regularmente designados mediante portaria, promover a conciliação entre as partes, em matérias específicas, e a redução a termo de acordos a serem homologados, sob a supervisão do juiz federal coordenador do Centro Judiciário de Conciliação da Seção Judiciária do Maranhão (CEJUC/SJ-MA), sem prejuízo da renovação do ato pelo juiz que apreciar o processo, observadas as seguintes disposições:

- I. O conciliador deve observar o Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais (Anexo III da Resolução n. 125/CNJ, 29/11/2010), sob pena de exclusão do cadastro e impedimento para atuar como conciliador;
- II. O conciliador atuará na solução consensual de conflitos, mediante a realização de sessões e audiências de conciliação, com o fito de auxiliar e estimular a autocomposição;
- III. Constitui dever do conciliador observar os princípios da independência, imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada;
- IV. O conciliador judicial é considerado auxiliar da Justiça e, nessa condição, estão sujeitos aos mesmos impedimentos e suspeição impostos aos demais auxiliares de acordo com as atribuições estabelecidas pelas normas de organização judiciária;
- V. O conciliador deve atuar respeitando a livre autonomia dos interessados, inclusive no que tange às regras procedimentais;
- VI. O conciliador poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem;
- VII. O conciliador tem o dever de sigilo inerente às suas funções, não poderá divulgar ou depor acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação;
- VIII. A confidencialidade deverá ser observada em todo o curso do procedimento. O teor das informações obtidas não deverá ser utilizado para fim diverso daquele previsto por expressa deliberação das partes;
- IX. O conciliador, se advogado, está impedido de exercer a advocacia nos juízos em desempenho sua funções;
- X. O conciliador ao atuar deve revelar às partes, antes de iniciar a sessão/audiência, qualquer fato ou circunstância que possa suscitar dúvida justificada em relação à sua imparcialidade, oportunidade em que poderá ser recusado por quaisquer delas;
- XI. O conciliador, em caso de impedimento, comunicará imediatamente ao Juiz Coordenador do CEJUC/SJ-MA, e este providenciará a redistribuição do feito;
- XII. Se apurado o impedimento quando já iniciado o procedimento, a sessão/audiência será interrompida, lavrando-se ata com certidão do ocorrido e solicitação de redistribuição para outro conciliador;
- XIII. Será excluído do cadastro o conciliador que agir com dolo na condução da audiência/sessão de conciliação, bem assim, quando atuar em procedimento de conciliação, mesmo sabendo-se impedido ou suspeito;

XIV. O conciliador fica impedido, pelo prazo de 01 (um) ano, contado da última audiência em que atuou como Conciliador, de assessorar, representar ou patrocinar quaisquer das partes;

XV. O servidor integrante do quadro de pessoal da Justiça Federal da 1ª Região, ressalvado o servidor lotado em unidades de conciliação, **não** pode atuar como conciliador durante o seu horário regular de trabalho em sua unidade de lotação;

XVI. A carga horária mensal mínima é de 16 (dezesseis) horas, não inferior a 4 (quatro) horas semanais, sendo dever do conciliador, permanecer na unidade até o encerramento da pauta de audiência que lhe cabe;

XVII. A atividade de conciliador será exercida gratuitamente, sem nenhum vínculo funcional, empregatício, contratual ou afim, vedada qualquer espécie de remuneração, sendo assegurados, porém, os direitos, prerrogativas e deveres previstos em lei;

XVIII. A prestação do serviço voluntário como conciliador ora regulada, atestada por certidão fornecida pelo Juiz Coordenador do CEJUC/SJ-MA, com indicação das datas de início e término de sua atuação, poderá ser considerada como título e/ou atividade jurídica para fins de concurso público, de acordo com o respectivo edital e, no caso da magistratura e do ministério público nacionais, nos termos da Resolução CNJ 75/2009 e da Resolução CNMP 40/2009, respectivamente;

XIX. Aplica-se à atividade de conciliador a Lei n. 9.608, de 18/02/1998, que trata do serviço voluntário;